

REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.

**ESCRITURA PARTICULAR DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, COM GARANTIA FLUTUANTE, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA
REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

REDE D'OR SÃO LUIZ S.A., sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, nº 722, 7º andar, CEP 04506-000, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob NIRE 35.300.318.099, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob nº 06.047.087/0001-39, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "**Emissora**"; e

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar (parte), Itaim Bibi, CEP 01451-011, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.486.793/0001-42, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente "**Agente Fiduciário**";

celebram a presente Escritura Particular da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Emissora, doravante designada simplesmente "**Escritura**", nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM nº 476/09**"), mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir:

I. AUTORIZAÇÃO

1. A presente Escritura é celebrada com base na aprovação da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante ("**Emissão**") deliberada na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 05 de dezembro de 2011 ("**AGE**"), conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**").



II. REQUISITOS

2.1 Arquivamento da Ata de AGE. A ata da AGE será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio de São Paulo, de acordo com o disposto no artigo 62, I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2 Registro da Escritura. A presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, II, e seu parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.3 Dispensa de Registro na CVM. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09.

2.4 Dispensa de Registro na ANBIMA. Conforme o disposto no artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, a Emissão está dispensada de registro de distribuição na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição sem a elaboração de prospecto, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSORA E DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora. Nos termos do artigo 3º do Estatuto Social da Emissora, esta tem por objeto social: (a) a prestação de assistência hospitalar em todas as modalidades (tais como médica, cirúrgica, higiênica, dentária e afins, remunerada ou não), incluindo todas as atividades relacionadas com a administração de hospitais e com utilização de serviços médicos; (b) a prestação de serviços na área de saúde, incluindo a manutenção de programas de assistência médico-hospitalar, a organização de seminários e congressos de medicina e a promoção de intercâmbio para difusão dos conhecimentos médicos; (c) a prestação de exames e diagnósticos médicos, laboratoriais, radiológicos, ultrassonográficos, tomográficos computadorizados, de patologia, de análises clínicas (posto de coletas), complementares e por imagem; (d) a prestação de serviços relacionados a assistência social, seguro-saúde e outros; (e) prestação de serviços de consultoria, gestão e administração de clínicas e complexos médico-hospitalares; (f) a locação de bens móveis (máquinas e equipamentos necessários ao funcionamento de clínicas e complexos médico-hospitalares, entre outros) ou imóveis; (g) a exploração de estacionamento de veículos em nome próprio ou de terceiros e em imóvel próprio ou de terceiro; (h) a importação direta de medicamentos, aparelhos e equipamentos relacionados às suas atividades; (i)



quaisquer outras atividades correlatas às descritas acima, além de restaurante e lanchonete; e (j) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

3.2 Número da Emissão. Esta é a 3ª (terceira) emissão pública de debêntures da Emissora, sendo a 3ª (terceira) de esforços restritos.

3.3 Número de Séries. A Emissão será realizada em série única.

3.4 Montante da Emissão. O montante total da Emissão é de R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo), a serem distribuídos sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das debêntures, nos termos da Cláusula 3.5.2 abaixo e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo).

3.5 Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 65.000 (sessenta e cinco mil) debêntures ("Debêntures").

3.6 Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures, doravante designada simplesmente "Data de Emissão", será 10 de dezembro de 2011.

3.7 Banco Mandatário e Instituição Depositária. O banco mandatário e a instituição depositária serão ambos o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário" ou "Instituição Depositária").

3.8 Destinação de Recursos. Os recursos oriundos da Emissão serão utilizados na seguinte proporção: (a) até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para aquisições de sociedades e/ou de unidades médico-hospitalares; (b) até R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) para rolagem e pré-pagamento das seguintes dívidas: (i) Cédulas de Crédito Bancário nºs 131546 e 131554, emitidas pela Emissora em favor do Banco Citibank S.A., em 30 de novembro de 2009, ambas com vencimento em 30 de novembro de 2012 e valor de principal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) cada; (ii) Cédula de Crédito Bancário nº 044.476506-1, emitida pela Emissora em favor do Itaú Unibanco S.A. (nova denominação do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.), em 15 de abril de 2008, com vencimento em 10 de março 2015 e valor principal total de R\$ 128.000.000,00 (cento e vinte e oito milhões de reais); (iii) Cédulas de Crédito Bancário nºs 2468634 e 2468677, emitidas pela Emissora em favor do Banco Safra S.A., em 28 de setembro de 2010, ambas com vencimento em 02 de setembro de 2015 e valor principal de R\$ 8.602.322,86 (oito milhões, seiscentos e dois mil, trezentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos) e R\$ 1.088.217,06 (um milhão, oitenta e oito mil, duzentos e dezessete reais e seis centavos), respectivamente; e (iv) Cédula de Crédito Bancário nº 332263300000000000, emitida pela Emissora em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., em 12 de janeiro de 2010, com vencimento em



12 de janeiro 2013 e valor principal de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais); e (c) o remanescente para reforço de caixa.

3.9 Registro na CETIP. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”); e (ii) negociação secundária no SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.10 Colocação e Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, com garantia firme de colocação e intermediação do Banco BTG Pactual S.A., na qualidade de coordenador líder (“BTG Pactual” ou “Coordenador Líder”), do BB - Banco de Investimento S.A. (“BB-BI”), do Banco Bradesco BBI S.A. (“Bradesco BBI”), e do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander” e, em conjunto com o Coordenador Líder, com o BB-BI e com o Bradesco BBI, os “Coordenadores”), nos termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante da Terceira Emissão da Emissora a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores (“Contrato de Distribuição”).

3.10.1 O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09. Para tanto, Com o objetivo de colocar as Debêntures, os Coordenadores poderão procurar, em conjunto, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (como adiante definidos), sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.10.2 A garantia firme de colocação, conforme descrita na Cláusula 3.10.1 acima, se dará de forma individual e sem solidariedade entre os Coordenadores, observados os valores indicados na tabela abaixo:

Coordenadores	Total da Garantia Firme
Coordenador Líder	R\$ 310.000.000,00
BB-BI	R\$ 165.000.000,00
Bradesco BBI	R\$ 100.000.000,00
Santander	R\$ 75.000.000,00

3.10.3 A Emissão não poderá ter seu valor aumentado em nenhuma hipótese.



3.10.4 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com: (a) os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (b) o Contrato de Distribuição.

3.10.5 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.10.6 Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.11 Comunicados. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, assim como aqueles cuja publicação seja exigida pela legislação aplicável, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio de São Paulo, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, observado o disposto no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 à publicidade de ofertas públicas com esforços restritos de colocação e os prazos legais, devendo a Emissora, em qualquer caso, comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. Tais comunicados devem ser divulgados também na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.rededor.com.br).

4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário de cada Debênture será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.2 Prazo e Data de Vencimento. O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 07 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de dezembro de 2018 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo e vencimento antecipado previstas nos itens 5.3. e 6.1 abaixo, respectivamente. Por ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário, acrescido de Remuneração (como adiante definida), calculados conforme o disposto nesta Escritura.

4.2.1 Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura até o 1º



(primeiro) dia útil subsequente, quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou outro dia em que não haja expediente bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Dia Útil"), exceto nos casos em que o pagamento deva ser realizado por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.3 Forma e Emissão de Certificados. As Debêntures serão simples, da forma nominativa e escritural. A Emissora não emitirá certificados ou cautelas das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitida pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND o extrato em nome dos debenturistas emitido pela CETIP.

4.4 Conversibilidade. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.5 Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, conforme indicado no item 4.11 abaixo.

4.6 Subscrição, Integralização e Negociação. As Debêntures serão subscritas dentro do prazo de distribuição estabelecido pela Instrução CVM nº 476/09 e no Contrato de Distribuição.

4.6.1 Caso a oferta das Debêntures não seja encerrada no prazo de 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, o Coordenador Líder deverá enviar um comunicado à CVM, informando os dados da Emissão disponíveis, complementando-os semestralmente até o encerramento da Emissão, nos termos do artigo 8º, § 2º da Instrução CVM nº 476/09.

4.6.2 As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato de subscrição (a data em que ocorrer a subscrição é aqui designada como a "Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário calculado conforme 4.8 e de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

4.6.3 No ato de subscrição das Debêntures, os subscritores assinarão declaração atestando a sua qualidade de Investidor Qualificado, bem como que estão cientes de que (i) a Emissão não foi registrada na CVM e na ANBIMA; que (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM nº 476/09 e nesta Escritura; (iii) fixando a data de subscrição e integralização, dentre outras declarações.



4.6.4 As Debêntures somente poderão ser negociadas (i) entre Investidores Qualificados (como adiante definidos) e (ii) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por referidos investidores, conforme os artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09 e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações definidas no artigo 17 da citada Instrução.

4.6.5 Considerar-se-ão, para os fins desta Escritura, como "Investidores Qualificados" aqueles assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 ("Instrução CVM nº 409/04"), observado que, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo aqueles que se destinem a investidores não qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos na Instrução CVM nº 476/09; e (iii) as pessoas físicas e jurídicas mencionadas no artigo 109, inciso IV da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública de Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.6.6 A oferta das Debêntures será encerrada quando da subscrição e integralização da totalidade das Debêntures pelos Investidores Qualificados e/ou Coordenadores, na hipótese de exercício da garantia firme de colocação das Debêntures.

4.6.7 Em conformidade com o artigo 8º da Instrução CVM nº 476/09, o encerramento da oferta das Debêntures deverá ser informado pelo Coordenador Líder à CVM, no prazo de 5 (cinco) dias contados do encerramento da distribuição.

4.7 Direito de Preferência. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

4.8 Remuneração. As Debêntures serão remuneradas com juros equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, over Extra-Grupo, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, divulgada pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, acrescida de *spread* de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, capitalizados diariamente, calculada também em base *pro rata temporis* ("Remuneração").

4.8.1 A Remuneração incidirá sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data da Primeira Subscrição e Integralização



ou da data de pagamento da Remuneração anterior, o que ocorrer por último, até a data de seu efetivo pagamento.

4.8.2 A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula matemática:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Onde:

Fator DI Produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até n;

n número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

onde:

DI_k Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}}$$

onde:

spread 2,30 (dois inteiros e trinta centésimos) ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

n Número total de Dias Úteis existentes no Período de Capitalização em referência, sendo n um número inteiro.

DT Número total de Dias Úteis existentes no Período de Capitalização em referência, sendo DT um número inteiro.

DP Número total de Dias Úteis entre o 1º Dia Útil do Período de Capitalização em referência e a data do cálculo, exclusive sendo DP um número inteiro.

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

ANEXO
II

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.8.3 Durante o Prazo de Carência (conforme definido no item 5.1.1 abaixo), a Remuneração deverá ser paga a cada período de 3 (três) meses a contar da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de março de 2012 ou, caso referida data não seja um Dia Útil, no Dia Útil imediatamente subsequente, conforme indicado na tabela abaixo. Após o Prazo de Carência (conforme definido no item 5.1.1 abaixo), o pagamento da Remuneração deverá se dar nas mesmas datas previstas no item 5.1 abaixo para a amortização de valores relacionados ao principal das Debêntures.

Datas de Pagamento da Remuneração durante o Prazo de Carência
10/03/2012
10/06/2012
10/09/2012
10/12/2012
10/03/2013
10/06/2013
10/09/2013
10/12/2013

4.8.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI, será utilizado, em sua substituição, o mais recente valor da Taxa DI divulgada, calculada *pro rata temporis* por dias corridos. Nesta hipótese, não caberão, quando da divulgação do índice que seria utilizado no respectivo cálculo, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora como por parte dos debenturistas.

4.8.5 Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDIk a última Taxa DIk divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os debenturistas quando da divulgação



posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.8.6 Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias corridos consecutivos, aplicar-se-á automaticamente o disposto no item 4.8.7 e seguintes quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração.

4.8.7 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias consecutivos da data esperada para a apuração e/ou divulgação e/ou na hipótese de extinção ou impedimento legal ou determinação judicial de utilização da Taxa DI, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, será adotada automaticamente a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic"). No caso de impossibilidade do uso da Taxa Selic, a Emissora, ou, caso esta deixe de fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias corridos da data em que o índice se tornar indisponível, o Agente Fiduciário, deverá convocar assembleia geral de debenturistas ("AGD") (conforme procedimentos da Cláusula 9 abaixo) para deliberação, no prazo máximo de 15 (quize) dias corridos contados da convocação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração ("Taxa Substitutiva") a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor. Caso não haja acordo na AGD sobre a nova Taxa Substitutiva entre a Emissora e os debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, as Debêntures em Circulação deverão ser resgatadas na sua totalidade, sendo canceladas, em até 10 (dez) dias corridos após a data de realização da referida AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário ainda não amortizado, acrescido da Remuneração devida, calculados pro rata temporis até o dia do efetivo resgate das Debêntures. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula do item 4.8.2, sendo que a Taxa DI_k, a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração, será a última taxa DI_k disponível, com base na última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.8.7.1 Considerar-se-ão "Debêntures em Circulação", para os efeitos do item 4.8.7 e dos demais itens desta Escritura, as Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora, de titularidade de sua controladora e/ou de administradores da Emissora, de sua controladora ou de suas controladas.

4.8.7.2 Caso a Taxa DI ou, na ausência desta, a Taxa Selic, volte a ser divulgada antes da realização da AGD de que trata o item 4.8.7 acima, referida AGD não será realizada e a Taxa DI ou, na ausência desta, a Taxa Selic, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas



nesta Escritura, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI ou, na ausência desta, a Taxa Selic, a última taxa divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura.

4.8.8 Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia (i) na Data da Primeira Subscrição e Integralização, inclusive, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração das Debêntures, exclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou (ii) na data do vencimento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração das Debêntures, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.9 Juros e Multa Moratória. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos em atraso serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas de honorários advocatícios na eventualidade de instauração de pleito judicial e de outras incorridas para a referida cobrança.

4.10 Local de Pagamento. Os pagamentos relativos às Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou, (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND, (a) na sede da Emissora; ou (b) conforme o caso, pela Instituição Depositária.

4.10.1 Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor colocado à disposição pela Emissora, correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura ou de outra forma comunicadas pela Emissora, não lhe dará o direito a receber qualquer acréscimo no período relativo ao atraso, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou da comunicação.

4.11 Garantias. As Debêntures são da espécie com garantia flutuante, assegurando aos Debenturistas privilégio geral sobre o ativo da Emissora, no entanto sem impedir a negociação dos bens que compõem esse ativo, nos termos do § 1º do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.



4.12 Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA, AQUISIÇÃO FACULTATIVA E RESGATE ANTECIPADO E REPACTUAÇÃO

5.1 Amortização Programada. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas após o Prazo de Carência (conforme definido no item 5.1.1 abaixo), sendo a primeira parcela devida em 10 de janeiro de 2014, conforme cronograma abaixo, observado que, será devido, juntamente com as parcelas de Amortização do Valor Nominal Unitário a Remuneração referente ao Período de Capitalização em questão, e que caso qualquer data prevista para pagamento não seja Dia Útil, a parcela em questão será devida no primeiro Dia Útil subsequente, sem nenhum acréscimo:

Datas de Amortização do Principal e da Remuneração Após o Prazo de Carência: Percentuais de Amortização do Valor Nominal Unitário ("VNU")					
Data	% do VNU	Data	% do VNU	Data	% do VNU
10/01/2014	1,6667%	10/09/2015	1,6667%	10/05/2017	1,6667%
10/02/2014	1,6667%	10/10/2015	1,6667%	10/06/2017	1,6667%
10/03/2014	1,6667%	10/11/2015	1,6667%	10/07/2017	1,6667%
10/04/2014	1,6667%	10/12/2015	1,6667%	10/08/2017	1,6667%
10/05/2014	1,6667%	10/01/2016	1,6667%	10/09/2017	1,6667%
10/06/2014	1,6667%	10/02/2016	1,6667%	10/10/2017	1,6667%
10/07/2014	1,6667%	10/03/2016	1,6667%	10/11/2017	1,6667%
10/08/2014	1,6667%	10/04/2016	1,6667%	10/12/2017	1,6667%
10/09/2014	1,6667%	10/05/2016	1,6667%	10/01/2018	1,6667%
10/10/2014	1,6667%	10/06/2016	1,6667%	10/02/2018	1,6667%
10/11/2014	1,6667%	10/07/2016	1,6667%	10/03/2018	1,6667%
10/12/2014	1,6667%	10/08/2016	1,6667%	10/04/2018	1,6667%
10/01/2015	1,6667%	10/09/2016	1,6667%	10/05/2018	1,6667%
10/02/2015	1,6667%	10/10/2016	1,6667%	10/06/2018	1,6667%
10/03/2015	1,6667%	10/11/2016	1,6667%	10/07/2018	1,6667%
10/04/2015	1,6667%	10/12/2016	1,6667%	10/08/2018	1,6667%
10/05/2015	1,6667%	10/01/2017	1,6667%	10/09/2018	1,6667%
10/06/2015	1,6667%	10/02/2017	1,6667%	10/10/2018	1,6667%
10/07/2015	1,6667%	10/03/2017	1,6667%	10/11/2018	1,6667%
10/08/2015	1,6667%	10/04/2017	1,6667%	10/12/2018	1,6667%

5.1.1 As parcelas devidas a título de amortização das Debêntures somente serão pagas depois de transcorrido o prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses a



contar da Data de Emissão, ou seja, após 10 de dezembro de 2013 ("Prazo de Carência"), durante o qual nenhum pagamento de principal será devido a esse título, exceto nas hipóteses de Vencimento Antecipado previstas no item 6.1 abaixo, ocasião em que as parcelas tornar-se-ão exigíveis na forma estabelecida na Cláusula 6.1.5.

5.2 Aquisição Facultativa. É facultado à Emissora, a qualquer tempo, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, por preço não superior ao de seu Valor Nominal Unitário, ou por preço superior ao Valor Nominal Unitário, de acordo com as regras estabelecidas pela CVM, conforme o disposto no artigo 55, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, acrescido da Remuneração e dos juros e multa moratória, se for o caso. Referidas Debêntures poderão então (i) ser canceladas devendo o cancelamento ser objeto de aditamento a esta Escritura, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em Circulação.

5.3 Resgate Antecipado Facultativo. Não obstante a data de vencimento das Debêntures, respeitado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures, mediante publicação de comunicação dirigida aos debenturistas ou notificando os debenturistas de sua intenção com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data prevista para o resgate antecipado, com cópia para o Agente Fiduciário e para a CETIP.

5.3.1 A data de resgate antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

5.3.2 Adicionalmente, a comunicação de resgate deverá ser enviada ao Banco Mandatário, com antecedência mínima de 1 (um) Dia Útil da data de resgate antecipado.

5.3.3 Na comunicação de resgate deverá constar: (a) a data de resgate antecipado; (b) se o resgate antecipado será total ou parcial; (c) a menção de que o valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será calculado nos termos do item 5.3.6 abaixo; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado;

5.3.4 O valor a ser pago aos debenturistas a título de resgate antecipado total ou resgate antecipado parcial será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ainda não amortizado, acrescido da Remuneração desde a Data de Integralização ou da data de pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso ("Saldo Devedor"), o que ocorrer por último,



até a data em que se efetivar o resgate antecipado total ou resgate antecipado parcial, e de prêmio de: (i) 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento), calculado conforme fórmula abaixo, se resgatado nos primeiros 720 dias contados da Data de Emissão; ou (ii) 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) se a partir do 721º dia contado da Data de Emissão.

$$\text{Prêmio} = \frac{P \times (DU)}{252} \times P.U$$

Prêmio = Valor em reais devido pela Emissora a títulos de prêmio aos debenturistas em caso efetivação do resgate antecipado, calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;

P = 1,75% ou 1,50% (dependendo do prazo decorrido desde a Data da Emissão, conforme o item 5.3.1 acima);

DU = número de Dias Úteis contados a partir da data do resgate até a Data de Vencimento; e

P.U = Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento da Remuneração ou desde a data de emissão, o que ocorreu por último, até a data do resgate antecipado.

5.3.5 Na hipótese de resgate antecipado parcial das Debêntures, o mesmo será realizado mediante sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis e com divulgação nos termos desta Escritura, inclusive no que concerne às suas regras. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, a operacionalização do resgate antecipado parcial dar-se-á através de operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário no sistema CETIP.

5.3.5.1 Não obstante, todas as etapas desse processo de resgate antecipado parcial das Debêntures, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, pelo Agente Fiduciário, com base em procedimento descrito na comunicação de resgate antecipado.

5.3.5.2 Caso a CETIP venha a implantar funcionalidade que permita a realização de resgate parcial no âmbito de sua plataforma eletrônica, esta deverá passar a ser adotada em lugar do disposto neste item.

5.4 Os valores relativos ao prêmio de resgate antecipado serão devidos aos respectivos Debenturistas e serão pagos simultaneamente ao pagamento do resgate antecipado.



REDE D'OR

5.5 As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

5.6 Repactuação. Não haverá repactuação das Debêntures.

6. VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 Vencimento Antecipado. Observado o disposto no item 6.1.2 abaixo, na hipótese de ocorrerem quaisquer dos eventos indicados a seguir, os Debenturistas terão o direito de declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigível da Emissora o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização, ou da data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento:

- i) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou estabelecida na presente Escritura;
- ii) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura, se não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data de vencimento ou, na inexistência de prazo, da notificação formulada pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos debenturistas;
- iii) caso a Emissora peticione pedido de recuperação judicial ou promova a recuperação extrajudicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, ou requeira autofalência ou a tenha requerida por terceiros, sendo que neste último caso o pedido de falência não tenha sido elidido dentro dos prazos legais, ou, ainda, tenha-se iniciado qualquer outro procedimento criado pela lei, similar àqueles aqui descritos e não elidido dentro dos prazos legais;
- iv) se houver a extinção, dissolução, liquidação, incorporação, fusão, cisão, total ou parcial, reorganização societária ou venda de participação societária que acarrete em alteração do atual controle societário direto ou indireto da Emissora, conforme o caso, exceto se previamente aprovada pelos debenturistas reunidos em assembleia geral específica, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, cujo quorum de aprovação será, exclusivamente na hipótese de alteração do atual

controle societário direto ou indireto da Emissora de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;

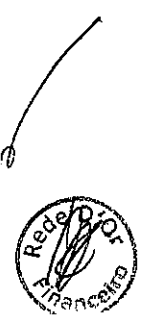
- v) utilização dos recursos obtidos por meio desta Emissão para fins outros que não aqueles expressamente mencionados no item 3.8 acima, conforme apurado pelo Agente Fiduciário, de acordo com os dados obtidos anualmente junto à Emissora;
- vi) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, ou qualquer outro ato cujo término, por qualquer motivo, impeça a Emissora e/ou suas Afiliadas de executar suas atividades conforme elas se desenvolvam na Data de Emissão;
- vii) transferência do controle societário, direto e/ou indireto, da Emissora, exceto se previamente aprovadas pelos debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em assembleia geral específica;
- viii) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora (a) nesta Escritura; ou (b) no Contrato de Distribuição; (em conjunto, os "Documentos da Emissão") são falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante, a exclusivo critério dos debenturistas;
- ix) inadimplemento de qualquer dívida financeira da Emissora em montante igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), não sanado no prazo previsto para cura da obrigação inadimplida no respectivo instrumento;
- x) a Emissora deixar a qualquer tempo de observar e manter os seguintes índices financeiros ("Índices Financeiros"), a partir da Data de Emissão, a serem verificados semestralmente, nos meses de junho e dezembro de cada ano, quando divulgado balanço consolidado e auditado da Emissora, iniciando-se com a divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em dezembro de 2011, observado (A) que os Índices Financeiros devem ser calculados com base em referidos balanços consolidados e auditados da Emissora, acrescidos do balanço dos últimos 12 (doze) meses de qualquer empresa em que a Emissora tenha adquirido participação no período de referência do balanço da Emissora, sendo que tal acréscimo será realizado proporcionalmente à participação detida pela Emissora, se esta for igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) e não assegurar o controle societário, ou integralmente, se a participação for superior a 50%



BTG PACTUAL

(cinquenta por cento) ou se de outra forma assegurar o controle societário; e (B) que os cálculos dos Índices Financeiros deverão ser auditados, assinados e divulgados por auditoria independente responsável pela auditoria da Emissora, por meio de um certificado de *compliance*, semestralmente, por ocasião da verificação em junho e dezembro:

- a) razão entre Dívida Líquida da Emissora e seu EBITDA: (1) no ano de 2011, igual ou inferior a 3,8 (três inteiros e oito décimos); (2) no ano de 2012, igual ou inferior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos); (3) no ano de 2013, igual ou inferior a 3 (três); e (4) de 2014 em diante, igual ou inferior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos);
- b) razão entre o EBITDA da Emissora, deduzidas despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social efetivamente pagas no período, e o RECELPA efetivamente pago no período, acrescido da Despesa Financeira Líquida, excluídas as debêntures conversíveis a que se refere a alínea (x)(c)(1) abaixo, igual ou superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos);
- c) considerar-se-ão, para os fins deste subitem (c), as seguintes definições:
 - 1) "Dívida Líquida da Emissora" corresponde ao somatório dos mútuos passivos e das dívidas onerosas da Emissora, junto a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, além de avais, fianças, penhores ou garantias prestadas pela Emissora, menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) e dos mútuos ativos da Emissora (excluídos parcelamentos de impostos e debêntures conversíveis em ações emitidas em favor do Banco BTG Pactual S.A., em abril e novembro de 2010, no valor total de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) ("Debêntures BTG Pactual");
 - 2) "Despesa Financeira Líquida" corresponde ao saldo da diferença entre a receita financeira bruta e a despesa financeira bruta da Emissora, incluindo mútuos passivos e excluindo juros sobre capital próprio e parcelamentos de impostos, conforme



constantes das demonstrações de resultado da Emissora (excluídas Debêntures BTG Pactual); no caso de aquisição de participação societária, a Despesa Financeira Líquida será ajustada adicionando-se os últimos 12 (doze) meses da empresa em que a Emissora tenha adquirido participação, sendo que o acréscimo será realizado proporcionalmente à participação detida pela Emissora, se esta for igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) e não assegurar o controle societário, ou integralmente, se superior a 50% (cinquenta por cento) ou se de outra forma assegurar o controle societário dessa empresa;

3) "EBITDA" significa o somatório (A) do lucro operacional anual, antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições, participações e Despesa Financeira Líquida; (B) da depreciação e amortização consolidadas, ocorridas no mesmo período; e (C) das outras receitas (ou despesas) operacionais consolidadas, ocorridas no mesmo período. No caso de aquisição de participação societária, o EBITDA será ajustado adicionando-se os últimos 12 (doze) meses da empresa em que a Emissora tenha adquirido participação, sendo que o acréscimo será realizado proporcionalmente à participação detida pela Emissora, se esta for igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) e não assegurar o controle societário, ou integralmente, se superior a 50% (cinquenta por cento) ou se de outra forma assegurar o controle societário; e

4) "RECELP" significa parcela de curto prazo da dívida de longo prazo já existente, que será inicialmente calculada com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e, a partir de então, semestralmente com base nos balanços consolidados, acrescida da parcela de curto prazo de novas captações de longo prazo no ano atual;

- xi) mudança ou alteração do objeto social da Emissora de forma a alterar suas atividades principais;
- xii) ocorrência de quaisquer das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), não sanadas no prazo previsto para cura da obrigação inadimplida, conforme estabelecido na presente Escritura;



- E M I S S O R A
- xiii) descumprimento, pela Emissora, de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em face da Emissora em valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
 - xiv) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora em montante, individual ou agregado, superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sem que a Emissora tenha apresentado defesa no prazo legal, e desde que não haja decisão suspendendo os efeitos da medida questionada;
 - xv) redução do capital social da Emissora, sem aprovação prévia de debenturistas reunidos em assembleia específica de que trata o artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações; e
 - xvi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220, 221 e 222 da Lei das Sociedades por Ações.

6.1.1 Na hipótese de ocorrer quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (i), (ii), (iii), (iv), (vii), (x), (xii), (xiii), (xv) e (xvi) do item 6.1 acima, e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, haverá o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

6.1.2 Na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas do item 6.1 acima, observados, quando aplicáveis, os prazos de cura, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da AGD, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos debenturistas, para deliberar sobre a eventual não-decretação de vencimento antecipado das Debêntures. A AGD a que se refere este item deverá ser realizada no prazo legal. Caso os debenturistas não deliberem pela não-decretação de vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário declarará o vencimento antecipado mediante comunicação enviada à Emissora nos termos do item 6.1.5 abaixo.

6.1.3 Na AGD mencionada no item 6.1.2 acima, que será instalada observado o quórum previsto na Cláusula 9 desta Escritura, o vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia por debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

6.1.4 Independente do disposto no item 6.1.3 acima, a não instalação da referida AGD por falta de quórum, verificada após a primeira e a segunda convocação, deverá ser interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.





6.1.5 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, desde a Data de Integralização ou da última data de pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada no endereço constante da Cláusula 9 desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.9 acima.

6.1.5.1 A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP e ao Banco Mandatário sobre o pagamento de que trata o item 6.1.5 acima, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.1.6 Para fins de verificação das alíneas "xiii" e "xiv" do item 6.1 acima, a Emissora obriga-se, a encaminhar, anualmente, ao Agente Fiduciário relatório confeccionado pelo(s) advogado(s) patrono(s) da(s) respectiva(s) causa(s), de todas as ações judiciais com decisão em primeira instância, com valor da causa acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), nas quais a Emissora figure como ré, contendo o valor da causa atualizado, a atual fase da demanda, bem como a chance de êxito da mesma (a ser classificada como Provável, Possível e Remota).

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 Sem prejuízo de outras obrigações assumidas em virtude de lei ou conforme esta Escritura, a Emissora está adicionalmente obrigada a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - a) qualquer informação relacionada com a presente Emissão que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário de forma justificada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados data da solicitação; e
 - b) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas no item 6.1 desta Escritura, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;



- REDE D'OR
- ii) apresentar ao Agente Fiduciário, até 30 de setembro de cada ano, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas informações financeiras consolidadas relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de cada ano, acompanhadas (a) do demonstrativo detalhado de apuração dos Índices Financeiros, com sua respectiva memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais Índices Financeiros; e (b) de declaração, assinada por dois diretores da Emissora, atestando o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, a observância dos Índices Financeiros;
 - iii) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou não) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, fato este que deverá ser comunicado imediatamente ao Agente Fiduciário;
 - iv) não reduzir seu capital social, exceto para absorção de prejuízos contábeis ou em decorrência da necessidade de adequação das demonstrações financeiras da Emissora e futuras normas contábeis, caso em que não será necessária a aprovação prévia pelos debenturistas;
 - v) não realizar operações fora de seu objeto social e não efetuar qualquer alteração na natureza de seus negócios, enquanto ainda houver Debêntures em Circulação;
 - vi) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social ou com os Documentos da Emissão;
 - vii) convocar AGD para deliberar sobre qualquer matéria que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 9 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - viii) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos debenturistas para assegurar-lhes tratamento eficiente;
 - ix) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
 - x) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-



financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;

- xi) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis usualmente aceitos no Brasil;
- xii) publicar imediatamente quaisquer decisões tomadas pela Emissora relativas a seus resultados operacionais, atividades comerciais, negócios e quaisquer outros fatos considerados relevantes, nos termos da regulamentação editada pela CVM;
- xiii) publicar informações referentes à Emissão, à Emissora ou às Debêntures, conforme o caso, de acordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM nº 476/09 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, com exceção do inciso III do referido artigo;
- xiv) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças ou aprovações relevantes pertinentes às suas atividades, exceto no que se referir a licenças ou aprovações cuja perda, revogação, cancelamento ou não obtenção não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para sua capacidade de honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- xvi) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Assessor Legal e do Banco Mandatário;
- xvii) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures;
- xviii) contratar e manter contratados, às suas expensas, enquanto vigorar esta Emissão, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, principalmente, mas sem se limitar, o Banco Mandatário, a Instituição Depositária, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- xix) efetuar o pagamento de todas as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, desde que com comprovante de despesa, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras



despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos debenturistas nos termos desta Escritura, desde o início da vigência da Emissão até o vencimento final das Debêntures, inclusive em caso de cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

- xx) indenizar e/ou reembolsar, conforme o caso, os debenturistas, na hipótese de lhes serem imputadas responsabilidades de qualquer natureza por terceiros, pelo judiciário e/ou por quaisquer órgãos de fiscalização e controle brasileiros, em razão de atos, omissões e fatos imputados à Emissora;
- xxii) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis às atividades por ela realizadas no território brasileiro;
- xxiii) sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na legislação e na regulamentação aplicáveis, a Emissora obriga-se a, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09:
 - a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
 - c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, no prazo máximo de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - d) manter os documentos mencionados na alínea "c)" acima em sua página na rede mundial de computadores por um prazo de 3 (três) anos;
 - e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM nº 358/02"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer Fato Relevante, conforme definido no



artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente aos Coordenadores; e

- g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM;
- xxiv) enviar à CETIP: (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nas alíneas (b) e (c) do inciso xxiii acima; (ii) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) dia útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (iii) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009 e posteriores alterações; e
- xxv) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora neste ato nomeia a BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A acima qualificada, como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação e assina a presente Escritura na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas.

8.2 O Agente Fiduciário, nomeado pela presente Escritura, declara:

- i) sob as penas de lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- iv) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM nº 28/83");
- v) aceitar a obrigação de envidar seus melhores esforços no acompanhamento da ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas no item 6.1 desta Escritura;



REDE D'OR

- vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido atendidos todos os requisitos legais e estatutários para tanto;
- vii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- viii) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- ix) estar ciente das disposições da Circular nº 1.832 do Banco Central do Brasil, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- x) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- xi) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- xii) ter verificado a veracidade das informações contidas nesta Escritura, na Data de Emissão, baseado nas informações aqui prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo.

8.2.1 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura, ou do aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor e/ou pagamento integral das obrigações pecuniárias relativas às Debêntures objeto da presente Emissão.

8.3 O Agente Fiduciário, ou seu eventual substituto, receberá da Emissora, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a seguinte remuneração: parcelas anuais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo o primeiro pagamento devido até o 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura da presente Escritura, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes.



8.3.1 Em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para assessoria aos debenturistas em processo de renegociação de suas condições, requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou os debenturistas e em assembleias gerais de debenturistas; e (ii) implementação das consequentes decisões tomadas pelos debenturistas.

8.3.2 As parcelas e os pagamentos citados nos itens 8.3 e 8.3.1 acima, respectivamente, serão reajustados anualmente pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, calculadas *pro rata die*, se necessário.

8.3.3 Em caso de mora no pagamento da remuneração prevista nos itens 8.3 e 8.3.1, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.3.4 As parcelas supra citadas serão acrescidas dos seguintes impostos: Imposto de Renda, ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, na alíquota vigente na data de pagamento.

8.3.5 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito em conta-corrente por ele indicada previamente à Emissora, por escrito.

8.4 A Emissora compromete-se a efetuar, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas, o pagamento de todas as despesas solicitadas e comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma deste item, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes despesas relacionadas com:

WILLIS TOWERS WATSON

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previstos nesta Escritura, e outras exigidas, ou que vierem a ser exigidas, por lei e regulamentos aplicáveis;
- ii) extração de certidões;
- iii) despesas com viagens, incluindo custos com transporte, hospedagem e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

8.5 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e poderão ser adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas, e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar a garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

8.6 A remuneração prevista nesta cláusula será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, remuneração essa que será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário.

8.7 Nas hipóteses de renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência do Agente Fiduciário ou qualquer outro caso de vacância de seu cargo, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 8 (oito) dias corridos antes do término final do prazo acima mencionado, caberá à Emissora efetua-



la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha de novo agente fiduciário.

8.8 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

8.8.1 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao Agente Fiduciário substituto como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados. Este valor a ser pago em caso de substituição do Agente Fiduciário será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação do IGP-M, apurado pela FGV.

8.8.2 É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

8.8.3 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83.

8.8.4 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo ser averbado na JUCESP.

8.8.5 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas editadas pela CVM.

8.9 Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, além de outros previstos em lei ou em regulamento editado pela CVM:

- i) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- ii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços por ele prestados, nos termos da legislação vigente;

REDA
D. T.
F. C.

- iii) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- iv) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais documentos relacionados ao desempenho de suas funções;
- vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, com base exclusivamente no parecer legal do escritório Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados, contratado para Emissão em tela, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- vii) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e dos seus respectivos aditamentos, se houver, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- viii) acompanhar semestralmente o cumprimento dos índices financeiros previstos no item 6.1(x) desta Escritura, com base nos cálculos devidamente elaborados pela auditoria independente contratada pela Emissora (para fins de verificação, o relatório a ser encaminhado pela Emissora ao Agente Fiduciário deverá apresentar memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais índices financeiros, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência do cálculo pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários);
- ix) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações de que tenha conhecimento;
- x) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;



- xi) solicitar, quando julgar necessário para o desempenho de suas funções, mediante apresentação de justificativa por escrito à Emissora, ou se assim solicitado por qualquer dos debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas de Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, bem como de outros órgãos e entes públicos, do local onde se situa a sede da Emissora e/ou onde desenvolve suas atividades;
- xii) verificar, com base nos Índices Financeiros da Emissora, a regularidade da constituição da garantia flutuante outorgada no âmbito da Emissão, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos da alínea "j", do inciso XVII, do artigo 12, da Instrução CVM nº 28/83. Sendo certo que o enquadramento dos Índices Financeiros pela Emissora, bastará ao Agente Fiduciário para que este entenda regular a constituição da garantia flutuante outorgada no âmbito da Emissão;
- xiii) solicitar, quando os debenturistas considerarem necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- xiv) convocar, quando necessário, a AGD, através de anúncio publicado, pelo menos por 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa por meio dos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitados os procedimentos legais de publicação e aqueles mencionados nesta Escritura;
- xv) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xvi) elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários e demais informações necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo para disponibilização do referido relatório na CVM:
 - a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o atraso ou a não divulgação de informações obrigatórias pela Emissora;



REDA D'OT
Financeiro

- b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- e) resgate, amortização, e/ou pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos dos diretores da Emissora;
- g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora na Escritura;
- h) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia flutuante das Debêntures;
- i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM nº 28/93;
- xvii) comunicar aos debenturistas, na forma do item 14.1, que o relatório anual a eles destinado encontra-se disponível para retirada nos endereços indicados abaixo;
- xviii) colocar o relatório de que trata a alínea (xvi) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:



REDA DO
FINANCEIRO

- a) na sede da Emissora;
 - b) no escritório principal do Agente Fiduciário;
 - c) na CVM; e
 - d) na sede do Coordenador Líder, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- xix) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas as outras regras relacionadas à publicação constantes desta Escritura, e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- xx) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à Instituição Depositária e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário;
- xxi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem eventualmente resgatadas antecipadamente, nos termos desta Escritura;
- xxii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- xxiii) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data de que tenha tomado conhecimento ou da data que se tornar público (o que ocorrer primeiro), de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos; essa comunicação deverá, também, ser enviada à CVM e à CETIP;
- xxiv) a notificação de que trata a alínea anterior, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por fac-símile (sendo o respectivo comprovante de transmissão prova suficiente de que a pessoa



cujo número de fac-símile coincida com o do aparelho receptor recebeu tal notificação), e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas;

- xxv) disponibilizar, diariamente, o valor unitário de cada Debênture, calculado pela Emissora, aos debenturistas e aos participantes do mercado, através da central de atendimento do Agente Fiduciário; e
- xxvi) o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, podendo em caso de inadimplemento da Emissora, e desde que aprovado pelos debenturistas, reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim, nos termos da Cláusula 10 desta Escritura:
 - a) declarar, nos casos previstos nesta Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures, e cobrar seu principal e Remuneração;
 - b) representar os debenturistas em processos de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora;
 - c) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos; e
 - d) requerer a falência da Emissora.

8.10 Nos termos do artigo 68, §4º da Lei das Sociedades por Ações, o Agente Fiduciário responde perante os debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

8.10.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (c), e (d) do subitem 8.9(xxvi) acima se, convocada AGD para esse fim, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação. Na hipótese da alínea (b) do subitem 8.9(xxvi), será suficiente a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação.

8.11 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou

11.11.2011

ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.12 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura e dos demais documentos da operação.

8.13 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos debenturistas reunidos em assembleia geral.

9. ASSEMBLEIA DOS DEBENTURISTAS

9.1 Os titulares das Debêntures desta Emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia especial, a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

9.2 A AGD poderá ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação; ou, ainda, (iv) pela CVM.

9.3 Aplica-se à AGD, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas, nos termos do artigo 71, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

9.4 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número, nos termos do artigo 71, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. A presidência da AGD caberá a debenturista eleito pelos então presentes.

9.4.1 A convocação da AGD se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de



convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.5 Nas deliberações da AGD, a cada Debênture será atribuído um voto, admitida a presença de mandatários, sejam eles próprios debenturistas ou não.

9.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora em AGD, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário.

9.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.8 A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

9.9 Exceto se de outra forma estabelecida nesta Escritura, as deliberações serão tomadas por debenturistas que representem a maioria absoluta das Debêntures em Circulação, observado que alterações relacionadas (i) à Remuneração das Debêntures, (ii) à data de pagamento da Remuneração, (iii) ao prazo de vencimento das Debêntures, (iv) aos valores e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) às hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 6.1 acima, incluindo, mas não se limitando aos Índices Financeiros; (vi) à alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula 9; e/ou (vii) às alterações nos procedimentos aplicáveis às AGD, estabelecidas nesta Cláusula 9, dependerão da aprovação por debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, observado que em qualquer caso de alteração das características das Debêntures haverá a necessidade de aprovação da Emissora.

9.10 As decisões dos debenturistas tomadas em observância ao disposto no item 9.9 acima serão soberanas para todos os fins de direito, relativamente a todos os termos e condições desta Escritura. Exceto se especificamente mencionado de outra forma nesta Escritura, qualquer alteração aos termos das Debêntures deverá ser aprovada pelos debenturistas reunidos em assembleia, e um aditamento a esta Escritura deverá ser firmado entre a Emissora e o Agente Fiduciário. Qualquer aditamento a esta Escritura deverá ser registrado na junta comercial competente.



10. RENÚNCIA

10.1 Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora.

11. AUTONOMIA DAS DISPOSIÇÕES

11.1 A invalidação, ilegalidade ou anulação, no todo ou em parte, de quaisquer das disposições desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura. Ocorrendo a declaração de invalidação, ilegalidade ou anulabilidade de qualquer das disposições desta Escritura por meio de deliberação tomada em AGD, a Emissora e o Agente Fiduciário desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida, nula, ou anulável a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e as condições da cláusula invalidada, nula ou anulada, observados a intenção e o objetivo da Emissora e do Agente Fiduciário quando primeiro negociaram a cláusula invalidada, nula ou anulada, e o contexto em que se insere.

12. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

12.1 A Emissora neste ato declara que:

- i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de acordo com as leis brasileiras;
- ii) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- iii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, bem como todas as



aprovações, autorizações e consentimentos necessários foram obtidos e encontram-se válidos, eficazes e em pleno vigor;

- iv) esta Escritura e as disposições nela previstas constituem obrigações lícitas, válidas e eficazes da Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições;
- v) os termos desta Escritura (a) não contrariam (1) o estatuto social da Emissora; (2) qualquer contrato ou documento do qual a Emissora seja parte; (3) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora esteja sujeita; ou (4) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens ou propriedades; e (b) não resultarão em: (1) situação de vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, (2) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data e pela garantia flutuante estabelecida nesta Escritura, ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- vi) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- vii) está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- viii) inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação

governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (1) que possa afetar de forma materialmente adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura; ou (2) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar, de forma materialmente relevante, desta Escritura;

- ix) nos termos da presente Escritura, a titularidade das Debêntures confere aos debenturistas garantia flutuante com privilégio geral sobre os ativos da Emissora, nos termos do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações;
- x) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM nº 476/09, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- xi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé; e
- xi) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

12.2 A Emissora compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

13. TÍTULO EXECUTIVO

13.1 Esta Escritura e cada uma das Debêntures constitui título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, incisos I e II da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as partes desde já que, independente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461 e 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.



14.

DAS NOTIFICAÇÕES

REDE D'OR

14.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, deverão ser sempre realizadas por escrito, se feitas por fax ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio ou por telegrama, nos endereços constantes a seguir:

(i) Para a Emissora:

REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.

At.: Sr. Carlos Vasques

Rua Voluntários da Pátria, 138, sobreloja, Botafogo

Rio de Janeiro, RJ, 22270-010

E-mail: cvasques@rededor.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

At.: Sr. Mauricio da Costa Ribeiro / Sra. Livia Arbex

Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar (parte)

São Paulo, SP

Tel.: (11) 3133-0350 / (11) 3133-0362

Fax: (11) 3133-0360

E-mail: mribeiro@brltrust.com.br / larbex@brltrust.com.br /
controle@brltrust.com.br

(iii) Para o Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.

At.: Departamento de Ações e Custódia

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar

Osasco, SP, 06029-900

E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiarf@bradesco.com.br /
4010.tomo@bradesco.com.br

Fax: (11) 3684-5645

(iv) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

At.: Gerência de Valores Mobiliários



Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663
São Paulo, SP, 01.452-001
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br
Fax: (11) 3111-1564

BRASIL

2011

ou

At.: Gerência de Valores Mobiliários
Av. República do Chile, nº 230/11º andar
20031-919 – Rio de Janeiro – RJ
Fax: (21) 2276-7435

14.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax, por telegrama ou por e-mail nos endereços acima.

14.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais partes indicadas no item 14.1 acima pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

14.4 Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 14.3 acima serão arcados pela parte inadimplente.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Esta Escritura constitui a integralidade das regras e disposições sobre a Emissão, revogando e substituindo toda e qualquer oferta, material, informação, proposta, negociação ou entendimento anterior, exceto aquelas constantes do Contrato de Distribuição, da proposta de prestação de serviços do Agente Fiduciário e outros documentos correlatos mencionados nesta Escritura e no Contrato de Distribuição, incluindo as declarações de investidores e publicações previstas na Instrução CVM nº 476/09.

15.2 A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável.

15.3 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

15.4 Exceto se previsto de outra forma nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita

no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

20 12 11

16. LEI APLICÁVEL

16.1 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

17. FORO

17.1 Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Escritura, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas (2) testemunhas abaixo assinadas.

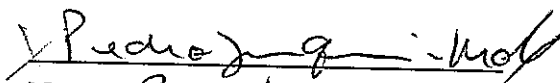
São Paulo, 05 de dezembro de 2011.



REDE D'OR

(Página de assinaturas 1/3 da Escritura Particular da 3ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante, da REDE D'OR SÃO LUIZ S.A., celebrado entre REDE D'OR SÃO LUIZ S.A. e BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., datada de 05 de dezembro de 2011)

REDE D'OR SÃO LUIZ S.A.



Nome: Pedro Junqueira Moll

Cargo: Diretor

Nome: _____

Cargo: _____



REDE D'OR

(Página de assinaturas 2/3 da Escritura Particular da 3ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante, da REDE D'OR SÃO LUIZ S.A., celebrado entre REDE D'OR SÃO LUIZ S.A. e BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., datada de 05 de dezembro de 2011)

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:

Cargo:

Livia Arbex
Departamento Jurídico

Nome:

Cargo:



(Página de assinaturas 3/3 da Escritura Particular da 3ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante, da REDE D'OR SÃO LUIZ S.A., celebrado entre REDE D'OR SÃO LUIZ S.A. e BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., datada de 05 de dezembro de 2011)

Testemunhas:

1.

Nome: AMAURY BRAGA CALIXTO
CPF 040.674.546-35
R.G.: CRG-1MG077956/O-3 T SP

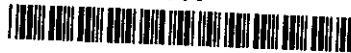
2.

Nome: JARBAS A. ALVES DE FARIA
RG 30.664.253/0 SSP/SP
R.G.: CPF 288.054.178-66



SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
DEBENTURE
CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO KATIA REGINA BUENO DE GODOY
SECRETARIA GERAL

ED000821-7/000



JUCESP

